

# ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

FLÁVIA G. M. GARCIA ROSA<sup>1</sup>

fflaviarosa@gmail.com

Em todo o mundo, ações como a Iniciativa dos Arquivos Abertos (*Open Archives Initiative*) e do projeto *Creative Commons*, têm contribuído para o surgimento de um novo paradigma relativo ao uso da informação e a significação do acesso livre, pois permitem a disponibilização integral de conteúdos acadêmicos e científicos possibilitando além do acesso: pesquisar, copiar, imprimir. Este ensaio faz uma reflexão sobre o acesso à informação através das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) no ambiente universitário como forma de democratização do saber. O desenvolvimento de competência informacional torna-se fator preponderante neste cenário. Destaca-se a necessidade de as instituições de ensino superior investirem não apenas em tecnologia, mas também na capacitação do seu corpo técnico-administrativo e docente para que sejam interlocutores entre o corpo discente e o uso da Internet em duas vias: tecnológica e cultural.

**Palavras-chave:** Competência informacional; Acesso à informação; *Open Archives Initiative* (OAI); *Creative commons*.

---

<sup>1</sup> Professora do Curso de Desenho Industrial da Escola de Belas Artes da Universidade Federal da Bahia. Diretora da Editora da UFBA, Graduada em Comunicação pela UFBA, Mestra em Ciência da Informação pelo Instituto de Ciência da Informação da UFBA

## INTRODUÇÃO

Em 2008, o Brasil fará 200 anos que passou a integrar o mundo das edições impressas e da produção da informação em série com a chegada das primeiras máquinas tipográficas para a instalação da Imprensa Régia, em 1808, no Rio de Janeiro.

O acesso tardio – quatro séculos após a invenção dos tipos móveis por Gutenberg (1454) – a essa tecnologia que possibilitou uma difusão mais ampla da informação, influenciou, dentre outros fatores, para que a educação formal, a criação das universidades, o desenvolvimento das interconexões com outras sociedades, indivíduos e instituições ocorressem de forma lenta, sem que se possa falar em democratização, de fato, da informação.

Contudo, o cenário mundial que se estabeleceu a partir da convergência tecnológica, eliminando as fronteiras e “[...] linhas divisórias entre comunicação privada e de massa [...] entre as imagens baseadas em emulsão e as eletrônicas e mesmo, a fronteira entre livro e tela.” (MIRANDA, 2000, p. 79), obrigou o Brasil a acelerar o seu processo de implantação de tecnologias de telecomunicações com a intenção de que o País se inserisse nessa sociedade mundial ainda no século XX.

## USOS DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

No contexto da Sociedade da Informação as influências dos avanços tecnológicos nas relações de poder, destacam a informação como ponto central da sociedade contemporânea. Segundo Castells a “emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexível e poderosa, possibilita que a informação se torne o produto do processo produtivo” (2003, p.119). As tecnologias são utilizadas pelas pessoas em seus ambientes sociais, econômicos e políticos criando uma nova comunidade local e ao mesmo tempo global.

Nas universidades, o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) tornou-se essencial para a conquista e democratização de novos saberes, avanço e difusão do conhecimento gerado através das pesquisas. Adota-se a definição de Bobbio (1995, p.155) para democratização “[...] entendida como instituição e exercício de procedimentos que permitem a participação dos interessados nas deliberações de um corpo coletivo”. A atuação do Ministério da Ciência e Tecnologia, desde 1989 quando buscou unir esforços para integração com grupos e setores do meio acadêmico para discutir a criação de redes que resultou, em setembro de 1989, na Rede Nacional de

Pesquisa (RNP), demonstra o compromisso, desde a implantação da Internet no Brasil, com o ensino e a pesquisa, bem como com projetos sociais (AFONSO, 2000, p. 13). Desse modo, vislumbra-se o indivíduo como cidadão, sendo, pois, a passagem da democracia da esfera política para a esfera social.

As transformações decorrentes da chegada da comunicação eletrônica da informação modificaram as relações desta com os seus usuários e criaram a necessidade desses usuários dominarem a tecnologia em si, integrado-as às suas práticas cotidianas. Mais que isso, demanda a necessidade de aquisição de competências tanto para o uso devido de conteúdos quanto para transformar as informações disponíveis em conhecimento. Segundo Marcovitch (2002, p.5)

O crescimento do volume e dos meios de acesso às comunicações exige uma nova atitude mental das pessoas e das instituições. [...] Não basta investir pesadamente na compra de equipamentos. É necessário mudar a [cultura] dos usuários.

A competência em informação está relacionada ao conhecimento e a capacidade de usar de modo reflexivo e intencional o conjunto de conceitos, procedimentos e atitudes envolvidas no processo de obter, avaliar, usar e comunicar a informação através de meios convencionais e, sobretudo, eletrônicos (GOMÉZ HERNANDEZ, 2005). Mais ainda, pressupõe que o indivíduo tenha capacidade de localizar e identificar a informação que necessita selecionar essa informação dos acervos informacionais disponíveis nos mais variados suportes.

Para Gomes, o acervo informacional, que é composto de dois ambientes, um individual e outro público, constrói-se a partir das práticas comunicativas e experiências vividas. O ambiente individual está relacionado ao “[...] *acervo armazenado* na memória [...] corresponde à subjetividade. O ambiente público relaciona-se aos acervos compostos dos conhecimentos comunicados, materializados em um *artefato* que chamamos informação [...]” (GOMES, 2000, p.64). Continuando sua análise, Gomes (2000, p.64) diz que:

No ambiente informacional público o conhecimento encontra-se materializado mediante uma determinada linguagem, em um determinado suporte, o que assegura sua navegação para além do espaço e do tempo de sua construção.

As TICs possibilitam que o acesso e uso da informação ocorram num contexto diferente e distante de onde foi produzido. Os emissores originais fazem a interlocução com vários receptores ao mesmo tempo. Não é possível controlar o que está disponível

e acessar tudo aquilo que possa contribuir para esses receptores avançarem em novos conhecimentos. É necessário que esses realizem uma seleção, verifiquem a legitimidade dos conteúdos e para tanto, é preciso adquirir competências. Para Marcovitch (2002), ao refletir sobre o ambiente das universidades “[o] grande desafio que teremos pela frente será o de preparar nossos quadros de referência para lidar com essa quantidade de informações e saber selecionar o que precisamos dentro da extraordinária disponibilidade existente”. Segundo Targino (2003, p.6)

[...] o processo avaliativo é básico quando da distinção entre o que é científico ou não, e assim sendo, o usuário requer, agora, treinamento que lhe permita explorar a riqueza de possibilidades dos meios eletrônicos de forma racional, responsável e ágil.

Esse processo avaliativo é dificultado pela própria cultura do sistema educacional brasileiro, destacando o universitário, que não favorece, na maioria das vezes, a valorização, de forma adequada, da produção científica dos seus autores, bem como, segundo Waters (2006, p.25) “[...] a insistência na produtividade, sem a menor preocupação com a recepção do trabalho. Perdeu-se o equilíbrio entre estes dois elementos – a produção e a recepção”.

## NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO AUTORAL

No século XV, a revolução desencadeada pela imprensa em relação ao registro e à disseminação da informação colaborou para aumentar rapidamente a disponibilidade de textos impressos satisfazendo à demanda das universidades européias, surgidas na Idade Média.

Nos séculos XVI, XVII e XVIII a atividade editorial estava relacionada, sobretudo, ao comércio do livro, centrada na figura do “livreiro-editor”. Além de vender os livros que editava, ele vendia os livros que obtinha através de troca com outros livreiros que por sua vez desempenhavam a mesma função. Esses atores tinham, portanto, uma posição privilegiada e dominavam grande parte do mercado livreiro, pois detinham os direitos sobre a obra. Como afirmou Chartier (1998, p. 54) “a atividade de livraria comanda[va] [...] a atividade de edição, seus mecanismos e seus limites”.

Foi Inglaterra o primeiro a partir de 1709, no reinado da rainha Ana, o primeiro país do Ocidente a estabelecer uma lei para o direito autoral. A monarquia

inglesa limitou o prazo do *copyright*, elaborando o *Copyright Act* e os autores ficaram protegidos dos abusos praticados pelos empresários gráficos e livreiros, até então detentores dos direitos de publicação. Foi concedido, então aos autores, o exclusivo direito de imprimir suas obras, após o prévio registro das mesmas.

Ao longo do tempo, vários acordos e convenções internacionais foram realizados e tinham como foco a proteção dos direitos dos autores. A Bélgica, em 1858, foi o primeiro país a realizar uma conferência internacional sobre o tema. A terceira conferência diplomática sobre direitos autorais – que resultou num importante documento, o mais antigo tratado internacional em defesa e proteção dos direitos patrimoniais e morais do autor – foi realizada em Berna, em setembro de 1886. O documento sofreu várias revisões, a última ocorreu em 28 de setembro de 1979, o qual tem servido como base para as legislações sobre direitos autorais de vários países, inclusive o Brasil.

Na atualidade, a Sociedade da informação estabelece novos paradigmas em torno do direito autoral. Guilherme Carboni (2004) diz que hoje o direito do autor passa do mecanismo de estímulo à criação intelectual à poderosa ferramenta de apropriação da informação enquanto mercadoria, reduzindo a esfera de liberdade de expressão e construindo obstáculos para o acesso ao conhecimento. Desse modo, a crise do direito do autor torna conflitante o interesse individual do autor pela autoria de sua criação e o interesse coletivo pelo desenvolvimento cultural, econômico e tecnológico. Desse modo, os autores, principalmente os acadêmicos que já recebem apoio financeiro para suas pesquisas, estão envolvidos com uma realidade polêmica, com relação ao direito autoral:

[...] sobre como devem ser acomodados [...] os interesses públicos e os interesses privados. Apesar dos direitos patrimoniais do autor, a cultura humana é um *bem* comum (ORTELLADO; MACHADO, 2006, p.7).

Essa questão está relacionada, também, a movimentos mundiais como a *Open Archives Initiative* (OAI) - Iniciativa dos Arquivos Abertos, que surgiu nos Estados Unidos no final da década de 90, como solução para o acesso livre à informação científica e outros como o *Creative Commons*. Conforme afirma Kuramoto (2005, p.150)

[...] [foi] um marco no desenvolvimento da comunicação científica e, por conseguinte, da publicação eletrônica e das bibliotecas digitais. [...] Promoveu a elaboração e o estabelecimento de padrões e protocolos para interoperar bibliotecas digitais.

A OAI modificou as relações de direito do uso da informação e a significação do acesso livre, ou seja, disponibilizar integralmente na Internet textos de caráter acadêmico e científico, possibilitando além de acesso: pesquisar, copiar, descarregar, distribuir, imprimir e citar (IBICT, 2006).

O movimento em prol do *Open Access* (Arquivos Abertos) vem mobilizando o mundo todo e algumas iniciativas e acontecimentos convergem nessa direção:

- Declaração de Budapeste *Open Access Initiative* (BOAI), 2001;
- Declaração de Bethesda *Statement on Open Access Publishing*, abril de 2003;
- Resolução da Câmara dos Comuns, Reino Unido, 2003;
- Declaração de Berlim sobre o Acesso Livre ao Conhecimento em Ciências e Humanidades;
- Carta de Salvador, sobre software livre e outras providências legais, em agosto de 2004, III CIBERCON;
- Manifesto Brasileiro de Apoio ao Acesso Livre à Informação, IBICT, 2005;
- Carta de São Paulo sobre acesso livre, iniciativa de pesquisadores, bibliotecários e representantes de organizações da sociedade civil, em dezembro de 2005;
- Portaria de nº 13 de 15 de fevereiro de 2006, da CAPES publicada no Diário Oficial, estabelece acesso livre a teses e dissertações (CAPES,2005);
- Declaração de Florianópolis em favor do Acesso Aberto, durante o XI simpósio de Intercâmbio Científico da Associação Nacional de pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia, maio de 2006.

Ao lado do *Open Access*, discute-se uma outra possibilidade que surgiu com o advento da Internet, que é o projeto dos *Creative Commons*. Este projeto nasceu nos

Estados Unidos por iniciativa do Prof. Lawrence Lessig. Está sediada na Universidade de Stanford e tem como objetivo

[...] desenvolver licenças públicas, isto é, licenças jurídicas que possam ser utilizadas por qualquer indivíduo ou entidade, para que seus trabalhos sejam disponibilizados na forma de modelos abertos (LEMOS, 2005, p.82-83)

O Brasil foi um dos países pioneiros em aderir ao movimento do *Creative Commons*. A responsabilidade pela implantação do projeto, em 2003, foi do Centro de Tecnologia e Sociedade da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

O *Creative Commons*, a partir de instrumentos jurídicos, possibilita que o autor, o criador ou mesmo uma entidade se posicione de forma clara, definindo se uma obra intelectual sua está liberada para distribuição, utilização e até cópia. Desse modo, criam-se alternativas ao direito de propriedade intelectual tradicional, uma vez que o proprietário pode permitir o acesso às suas obras.

## INICIATIVAS NO BRASIL

Um importante projeto que contribuiu para ampliar o acesso à comunicação científica foi a criação, em 1997, da primeira biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico, o *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO). Originou-se de um projeto piloto por iniciativa da Biblioteca Regional de Medicina (BIREME), em 1965 e foi financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo (FAPESP). O principal objetivo desse projeto era o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse o armazenamento, a disseminação e avaliação da literatura científica disponível em formato eletrônico, constituindo uma biblioteca digital de periódicos eletrônicos com texto na íntegra (CUNHA, 2000).

Destaca-se nesse contexto, o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), agência do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), criada em 1976 a partir do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD). Sua missão, além de centro de pesquisa, intercâmbio científico e treinamento e capacitação do corpo científico tem por finalidade contribuir “[...] para o avanço da ciência, da

tecnologia e da inovação tecnológica do País, por intermédio do desenvolvimento da comunicação e informação nessas áreas”. (IBICT, 2003)

Dentro dos projetos desenvolvidos pelo IBICT, mantém-se o Programa de Informação e Comunicação para a Pesquisa (PROSSIGA), criado em 1995 e que em 2001 foi transferido para o portal do IBICT. Tem o propósito de possibilitar a criação e o uso de serviços de informação na Internet nas áreas de interesse do MCT além de incentivar o uso de meios eletrônicos de comunicação pelas comunidades. Desde 2004, após uma avaliação por especialistas em informação, o PROSSIGA passa por ajustes e busca reforçar sua atuação “[...] na organização, disseminação de informações para a gestão de ciência, tecnologia e inovação” (IBICT, 1997). Mantém, também, “[...] um diretório com ponteiros para sítios selecionados nas diversas áreas de C&T possui [...] uma série de bibliotecas digitais [...] denominadas *bibliotecas virtuais*” (CUNHA, 2005, p.28). Até maio desse ano, 20 temas eram contemplados pelas bibliotecas virtuais.

Estão ainda disponibilizados através do IBICT: o portal Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), que oferece, desde o final de 2001, acesso a teses e dissertações digitalizadas; o Diálogo Científico, implantado no final de 2001, que através do projeto Arquivos Abertos “[...] visa oferecer à comunidade científica uma alternativa de comunicação de textos acadêmicos, científicos e tecnológicos via ambiente web” (CUNHA, 2005, p.34); e dois periódicos eletrônicos: *Ciência da Informação* e *Informação e Inclusão Digital*, ambas produzidas através do Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), customizado pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) “[...] baseado no software desenvolvido pelo Public Knowledge Project (Open Journal Systems) da Universidade British Columbia” (IBICT, 2003). Em termos de software, o IBICT disponibiliza ainda o DSPACE, específico para criação de repositórios nas instituições, que aceita desde artigos a teses, dissertações, bem como material didático e tem seus utilitários livres, os *Open Sources*.

O Ministério da Educação (MEC) também vem desenvolvendo ações na área da informação digital, possibilitando aos professores, pesquisadores e estudantes universitários acesso à produção científica disponível em periódicos eletrônicos através do Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de teses e dissertações, acessadas através da Base de Dados desta mesma

coordenação. Outra ação do MEC é o Portal Domínio Público que foi lançado em novembro de 2004, com um acervo inicial de 500 títulos e que em maio de 2006 dispunha de 17.328 títulos. A sua missão, segundo o que informa o site é

[...] disponibilizar informações e conhecimentos de forma livre e gratuita, [...] incentivar o aprendizado, a inovação e a cooperação entre os geradores de conteúdo e seus usuários, ao mesmo tempo em que também pretende induzir uma ampla discussão sobre as legislações relacionadas aos direitos autorais - de modo que a *preservação de certos direitos incentive outros usos* -, e haja uma adequação aos novos paradigmas de mudança tecnológica, da produção e do uso de conhecimentos (2004).

No que diz respeito ao Portal de Periódicos da CAPES, sua implantação ocorreu no final do ano de 2000 no contexto das reformulações do Programa de Apoio à Aquisição de Periódicos (PAAP). Nessa ocasião, foi criado o Consórcio Nacional de Periódicos Eletrônicos que passou a disponibilizar, eletronicamente, o conteúdo de periódicos internacionais. Essa ação visava reverter a escassez de recursos repassados às Instituições Federais de Ensino Superior para aquisição de periódicos científicos impressos.

Em 2003, os gastos anuais com o Portal de Periódicos da Capes eram da ordem de US\$ 18,7 milhões anuais, (ORTELLADO; MACHADO; 2006, p.13). Este portal sofre críticas em função do baixo acesso em relação ao investimento, duplicidade de periódicos disponíveis, entre outras questões. Além disso, “[...] o sistema é pouco interativo, tanto na entrada como na saída dos dados, especialmente em relação ao refinamento da busca [...]” (MEIRELLES, 2005, p.29).

Em 13 de fevereiro de 2006, a CAPES publicou a Portaria nº 13/2006, deliberando que as teses e dissertações defendidas a partir de março de 2006 passarão a ser disponibilizadas em ambiente da Internet, através do Portal Domínio Público. Essa medida vem sofrendo críticas pela duplicidade de ação, já que integra o portal do IBICT e BDTD cujo propósito “[...] é viabilizar a criação de um consórcio de publicações eletrônicas com a finalidade de localizar e disponibilizar teses e dissertações produzidas no Brasil” (CUNHA, 2005, p.33). Independente das críticas, a CAPES já estabeleceu que as avaliações de cursos feitas em 2007 exigirão o cumprimento dessa norma e afirma que “[...] a publicação *on line* das teses têm importância extra. Permitirá à

agência auditar os dados sobre produção acadêmica informados pelos programas de pós-graduação” (PRODUÇÃO..., 2006, p.32).

No início 2006, o MEC divulgou o projeto de criação do Portal Acesso Livre e dois projetos de portais científicos em parceria com IBICT: o Portal de Periódicos e Repositórios de Acesso Livre, além da iniciativa do Portal de Livros Didáticos, com o objetivo de disponibilizar as obras mais utilizadas pelos estudantes universitários das instituições federais de ensino superior. A concretização desse Portal poderá significar uma superação das deficiências dos acervos das bibliotecas universitárias e uma redução no uso de cópias de livros. A implantação de cada um desses portais custará cerca de 1,5 milhões de reais.

Quando se considera que o MEC e o MCT marcaram para 2006 o lançamento do Portal de Livros – que disponibilizaria à comunidade acadêmica, em meio eletrônico, a bibliografia básica dos diferentes cursos de graduação – constata-se que esta é uma situação que tende a se agravar, pois a instalação física dos institutos de pesquisa e unidades universitárias onde todos estes recursos eletrônicos de informação terão que ser consultados, lidos ou manipulados não têm sido ampliada e aparelhada com suficiente presteza para atender à crescente demanda por computadores ligados à Internet, sugerindo um futuro colapso de todo o sistema.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se que há investimentos do governo e de órgãos financiadores para ampliar o acesso à informação científica, sobretudo na forma digital, quer seja através de portais de acesso livre, quer seja financiando pesquisas para aperfeiçoar a tecnologia disponível. O impacto desse investimento é conseguir a tão desejada visibilidade internacional dos pesquisadores brasileiros, bem como a popularização, ainda que no ambiente acadêmico, da comunicação científica para estudantes, docentes e corpo técnico.

Algumas questões precisam, de fato, serem definidas. São questões de ordem tecnológica, política e cultural. Dentre elas, e talvez a mais preocupante, refere-se à preservação digital da informação técnica-científica. Para Márdero Arellano (2006, p. 188), a preservação digital vai além de um processo técnico.

[...] é um processo social e cultural pelo fato de que se aplicam critérios de seleção. É também um procedimento legal porque define os direitos e privilégios necessários para a manutenção permanente dos registros científicos e culturais. Uma percepção duradoura da preservação digital precisa abarcar várias gerações de sistemas e tecnologias e unir as mudanças organizacionais com as necessidades de atualização dos responsáveis pelas coleções digitais.

O movimento mundial em favor do acesso livre é um segundo ponto a ser observado. São muitas as iniciativas, as pesquisas e as tecnologias disponíveis. No entanto, Marcondes (2006, p. 153), considera que a grande dificuldade para que o movimento pró-livre acesso passe a dispor de uma infra-estrutura consistente e confiável em todo mundo, “[...] é ainda a dispersão e a falta de articulação da comunidade”. Há um desconhecimento dessa comunidade como um todo. As iniciativas de articulação são de caráter individual. Continua Marcondes (2006, p. 153) é necessário que haja

[...] a articulação política dessa comunidade que vai viabilizar as necessidades de infra-estrutura que garantirão o livre acesso. [...] [de forma a] propor e firmar compromissos cada vez mais sólidos [...] envolvendo sociedades científicas, universidades, institutos de pesquisa, agências de fomento e organismos internacionais. Esses compromissos garantirão os fóruns, acordos e consensos necessários para a adoção de padrões e protocolos [...] para complementar o ambiente tecnológico pró-livre acesso.

Segundo Horn, estabelecer livre acesso como um vantajoso procedimento de forma ideal, requer o compromisso ativo de cada um e de todo produtor individual do conhecimento científico e detentor do patrimônio cultural. Contribuições de acesso livre incluem: resultados para pesquisa científica original, dados não tratados, metadados, materiais fontes, representações digitais de pictogramas, materiais gráficos e material multimídia acadêmico (HORN, 2005).

É necessário, ainda, rever e atualizar a lei de direitos autorais e que os limites e definições da propriedade intelectual sejam revistas para que se estabeleça como ocorrerá o direito de propriedade no ciberespaço. Segundo Felicié (2004, p.79), as novas tecnologias da informação e comunicação potencializam a disseminação da informação e contribui para preservar o uso legítimo de bens de informação como nunca antes visto. No entanto, as grandes corporações e a indústria editorial e discográfica exercem

pressão para que a regulamentação da propriedade intelectual e a lei do direito autoral favoreçam a mercantilização e a privatização da informação, dificultando o acesso público à informação.

Finalmente, cabe às instituições desenvolverem políticas internas para assegurar meios de registro da sua comunicação científica, levando em conta o fluxo da informação introduzido a partir das Tecnologias de Informação e Comunicação, usando padrões estabelecidos pela comunidade acadêmica, agências de fomento e demais atores envolvidos no processo da comunicação científica, os quais podem interferir no reconhecimento e na certificação da qualidade acadêmica (OLIVEIRA, 2006).

Acredita-se que dentre as medidas que devem ser adotadas para uma ampla disseminação da comunicação científica produzida no âmbito acadêmico seja a adoção de uma política de repositórios institucionais adotando o modelo de arquivos abertos e acesso livre. O principal desafio é a mudança de paradigmas com relação à produção apenas do texto impresso uma vez que disponibilizar os resultados das pesquisas em meio eletrônico significa difundir em rede mundial ampliando o acesso, a visibilidade e a avaliação pelos pares. A perspectiva para as IES é a adoção desses repositórios para abrigar a produção científica, artística e cultural objetivando a preservação da memória e a democratização do conhecimento produzido.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Carlos A. **Internet no Brasil: o acesso para todos é possível?** São Paulo: ILDEFES, 2000. (Série Policy Paper). Disponível em: [www.fes.org.br/File/analises e propostas/policy\\_paper\\_26\\_2000](http://www.fes.org.br/File/analises_e_propostas/policy_paper_26_2000). Acesso: 20 fev. 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade:** por uma teoria geral da política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. (Coleção Pensamento Crítico, v.69)

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. (A era da informação: economia, sociedade e cultura, v.1)

CARBONI, Guilherme C. Os desafios do direito autoral em tempos de Internet. **Revista do Terceiro Setor**, Rio de Janeiro, 12 nov. 2004. Seção Ponto de Vista. Disponível em: <<http://arruda.rits.org.br/notitia1/servlet/newstorm.notitia.apresentacaoServletDeSecao?codigoDaSecao=11&dataDoJornal=1100293228000>>. Acesso: 19 jul. 2005.

CHARTIER, Roger. **As aventuras do livro:** do leitor ao navegador. São Paulo: UNESP, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os desafios da escrita.** São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CUNHA, Murilo Bastos da. Desafios na construção de uma biblioteca digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v.28, n.3 p. 255-266, jan./abr. 2000.

\_\_\_\_\_. Estado atual das bibliotecas digitais no Brasil. In: MARCONDES, C. et al. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA; Brasília: IBICT, 2005.

DOMÍNIO público. Missão. Disponível em <<http://www.dominiopublico.gov.br/Missao/Missao.jsp>>. Acesso em: 20 maio 2006.

FELICIE, Ada Myriam. Reflexión sobre el lado oscuro de la propiedad intelectual: amenazas al acceso a la información. **Acceso: Revista Puertorriqueña de Bibliotecología a la Información**, San Juan. 2004. p. 79-89. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=25600606>>. Acesso em: 21 jan. 2006

GOMES, Henriette Ferreira. O ambiente informacional e suas tecnologias na construção dos sentidos e significados. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.1, p. 61-70, jan./abr. 2000.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José A. Capítulo 4. La alfabetización informacional y la biblioteca universitaria, organización de programas para enseñar el uso de la información. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/archive/00004672/05/EMPEUIcap4.pdf>. Acesso: 18 mar. 2007

HORN, Esther. Repositories, copyright and creative commons for scholarly communication. **Ariadne**, n.45, out. 2005. Disponível em: <<http://www.ariadne.ac.uk/issue45/horn/intro.html>>. Acesso em: 06 maio 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA (IBICT). Declarações sobre o acesso livre. 2006. Disponível em: <[http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com\\_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=63](http://www.ibict.br/openaccess/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=27&Itemid=63)>. Acesso em 20 abr. 2006

\_\_\_\_\_. **IBICT - Nossa missão**. Brasília, DF: 2003. Disponível em: <<http://www.ibict.br/secao.php?cat=Missao>>. Acesso em: 2 jan. 2005

KURAMOTO, Hélio. Ferramentas de *software* livre para bibliotecas digitais. In: MARCONDES, C.; KURAMOTO, H.; TOUTAIN, L.; SAYÃO, L. (Org.). **Bibliotecas digitais: saberes e práticas**. Salvador: EDUFBA, Brasília: IBICT, 2005.

LEMOS, Ronaldo. **Direito, tecnologia e cultura**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

MARCONDES, Carlos H. Livre acesso: infra-estrutura e articulação. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Campo Grande: Ed. da UNIDERP, 2006. p.149-154.

MARCOVITCH, Jacques. A informação e conhecimento. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.16, n.4, p.03-08, oct./dec. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 23 de nov. 2005

MÁRDERO ARRELANO, Miguel Angel. Preservação digital de informação técnico-científica. In: CONFERÊNCIA IBERO-AMERICANA DE PUBLICAÇÕES ELETRÔNICAS NO CONTEXTO DA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, 1., 2006, Brasília. **Anais...** Campo Grande: Ed. da UNIDERP, 2006. p.181- 190.

MEIRELLES, Rodrigo França. **A funcionalidade e o desempenho do Portal de Periódicos da CAPES entre pesquisadores das áreas de Comunicação e Ciência da Informação da Universidade Federal da Bahia**. 2005. 40f. Monografia (Graduação

em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Ciência da Informação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

MIRANDA, Antonio. Sociedade da informação: globalização, identidade cultural e conteúdos. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.78-88, maio/ago. 2000.

OLIVEIRA, Zita Catarina Prates. **A biblioteca “fora do tempo”**: políticas governamentais de biblioteca públicas no Brasil, 1937 – 1989. 1994. 221f. Tese (Doutorado em Ciência da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ORTELLADO, Pablo; MACHADO, Jorge Alberto. Direitos autorais e o acesso às publicações científicas. **Revista ADUSP**, p. 6 -15, ago. 2006.

PRODUÇÃO na rede: Capes vai divulgar na Internet o banco de teses e dissertações. **Pesquisa da FAPESP**, São Paulo, n.122, p.32, abr. 2006.

TARGINO, Maria das Graças. Novas tecnologias e produção científica, uma relação de causa e efeito ou uma relação de muitos efeitos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 26., 2003, Belo Horizonte. **Anais...** São Paulo: Intercom, 2003.

WATTERS, Lindsay. **Inimigos da esperança**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.